

Pesquisa mostra mapa da anemia no Brasil

24/04/2009
Agência Saúde

Carência de ferro afeta mais de 20% das crianças e a falta de vitamina A atinge 17% delas; Ministério da Saúde utilizará estudo para ampliar programas de assistência

Pela primeira vez, uma pesquisa rastreou as regiões do País onde há maior incidência de anemia e hipovitaminose A (insuficiência de vitamina A) entre crianças menores de cinco anos e mulheres de 15 a 49 anos. Os resultados, com base na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS 2006), foram apresentados pelo Ministério da Saúde nesta sexta-feira (24), em Brasília. Os dados servem de suporte para implementar e ampliar políticas públicas de prevenção. Para o combate a essa situação, o ministério já desenvolve ações de suplementação de ferro, educação nutricional e fortificação das farinhas de trigo e milho com ferro e ácido fólico em todo o Brasil.

Os resultados da pesquisa, encomendada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), revelaram a prevalência, no país, de anemia em 20,9% das crianças e de 29,4% das mulheres pesquisadas. Para determinar a incidência de anemia, foram analisadas 3.455 amostras de sangue de crianças e 5.669 de mulheres. A situação mais preocupante é a da região Nordeste, onde o percentual foi de 25,5% das crianças e de 40% das mulheres, no universo pesquisado. A incidência em crianças com menos de 24 meses e de áreas urbanas e em mulheres negras também se sobressaiu. Clique para acessar a íntegra da pesquisa.

Em relação à hipovitaminose A, os resultados indicaram que 17,4% das crianças e 12,3% das mulheres apresentavam níveis inadequados desse micronutriente. Foram analisadas 3.499 e 5.698 amostras de sangue, respectivamente. Entre as crianças, os índices mais preocupantes são os do Sudeste (21,6%) e do Nordeste (19%), acima das demais regiões do País. A maior idade materna (acima dos 35 anos) é outro aspecto apontado como relevante para a insuficiência de vitamina A, conforme os dados apresentados. Tanto entre crianças quanto entre mulheres pesquisadas, a incidência também foi maior na área urbana.

Essas duas deficiências são as de maior ocorrência no mundo, gerando, por exemplo, a redução da imunidade a infecções, problemas de desenvolvimento nas crianças e, em casos mais graves, até retardo mental e cegueira.

AÇÕES DO MINISTÉRIO - Os resultados corroboram para aferir que a anemia e a insuficiência de vitamina A entre as crianças e as mulheres são problemas de saúde pública no Brasil e, por isso, exigiram ações específicas do Ministério da Saúde. É o caso do Programa Nacional de Suplementação de Ferro, criado em 2005, que inclui a distribuição de suplementos por meio da educação nutricional.

O Programa consiste na suplementação universal de todas as crianças de seis a 18 meses, de gestantes a partir da 20ª semana e mulheres até o terceiro mês após o parto. A cada ano, são fornecidos 8 milhões de frascos (de 50ml) de suplementação para as crianças e 250 milhões de comprimidos para mulheres grávidas em todo o País. O objetivo é aperfeiçoar as estratégias no âmbito da Política Nacional de Nutrição e Alimentação para melhorar as condições de saúde das crianças e mulheres em idade fértil, repercutindo no desenvolvimento do País como um todo.

Na Região Nordeste e no Norte de Minas Gerais, regiões consideradas endêmicas quanto à hipovitaminose A, também são fornecidas 8,5 milhões de cápsulas de vitamina A anualmente para crianças e mulheres. Conforme a coordenadora da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério, Ana Beatriz Vasconcellos, a situação da região Sudeste quanto a esse tipo de deficiência será reavaliada, devido aos resultados que acabam de ser divulgados.

Entre as ações do Ministério, ainda está a orientação à rede de saúde para a adoção de conduta nutricional baseada no aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade do bebê e para que se evite qualquer oferta precoce de alimentos industrializados. "Nas próximas semanas, ainda deve ser criada uma comissão de monitoramento da fortificação de ferro, que é obrigatória nas farinhas de trigo e de milho. O objetivo é aprimorar os mecanismos de fiscalização, rotulagem e educação nutricional", ressalta a coordenadora.

Outras informações
Atendimento à Imprensa
(61) 3315 3580 e 3315 2351